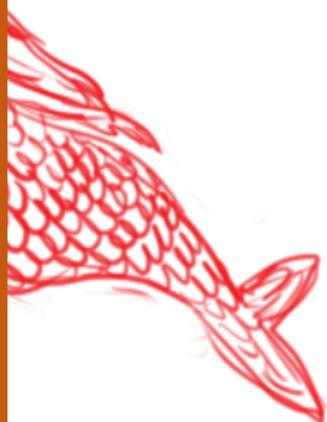


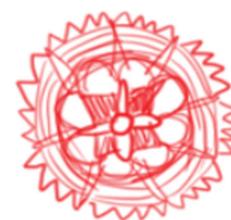


# Arquivos & Educação

**Experiências e pesquisas  
brasileiras em diálogo**



**Ivana Denise Parrela  
Adriana Carvalho Koyama  
(organizadoras)**



# OS ARQUIVOS PÚBLICOS E A SUA DIMENSÃO EDUCACIONAL

**SILVA, Tiago Braga da**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – ES – CEP 29075-910  
Departamento de Arquivologia  
tiagobragadasilva@gmail.com

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o uso dos arquivos públicos como espaço de educação. Considerando que essas instituições assumem um importante papel na sociedade, a sua existência é primordial para o bom funcionamento das administrações, o conhecimento da história, e o reconhecimento da identidade coletiva e individual, além de ser um caminho seguro para o exercício da democracia no que se refere ao processo de transparência das administrações públicas. Entretanto, para além dessas funções, essas instituições podem e devem exercer outras funções na sociedade. De fato, podem representar a extensão da escola formal, oferecendo serviços de assistência educativa para um público escolar e também para a comunidade em geral e, em sintonia com a escola, proporcionar novas práticas de ensino e novas formas de aprender. No entanto, mesmo identificando ações educativas em arquivos desde 1881 na Bélgica e no Brasil a partir de 1921, essas ações têm sido pouco exploradas. A inserção dos arquivos no processo educacional supõe uma resignificação dos arquivos diante das suas funções na sociedade e, por conseguinte, uma reformulação da formação do arquivista que é o sujeito habilitado para trabalhar nos arquivos. É preciso que na formação do Arquivista seja considerada de forma mais densa a reflexão acerca dos serviços educativos nos arquivos.

**Palavras-chave:** Ações educativas. Arquivos públicos. Educação.

## Introdução

Os arquivos como construto social podem ser observados desde a Antiguidade, quando, por meio da escrita, surgiu a necessidade de registrar as atividades humanas. Silva e Ribeiro (2009, p. 45) consideram que a escrita surgiu da necessidade do homem de registrar e comunicar seus atos, conhecimentos e sentimentos. Os autores portugueses consideram os arquivos como um fenômeno espontâneo, que teve sua origem de forma natural na utilização da escrita a serviço da sociedade humana.

É possível vislumbrar arquivos nas civilizações pré-clássicas, como nas populações fixadas no vale do rio Nilo e na Mesopotâmia. Desde o quarto milênio a.C., a escrita já desempenhava papel primordial nos palácios e templos locais, onde se conservavam textos e registros a serviço das classes dirigentes. Os documentos produzidos nesse período, em função do apurado sentido da lei e da justiça que tinham essas sociedades, eram: tratados, contratos, atos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças de tribunais (SILVA; RIBEIRO, 2009, p. 46).

Nessas civilizações, o documento já se revestia de valor. O rei Hammourabi, após a conquista da cidade de Muri pelos babilônios, mandou inventariar os arquivos do palácio para usar em seu favor no jogo diplomático (SILVA; RIBEIRO, 2009, p. 48), demonstrando, já naquela época o papel informacional e estratégico dos arquivos, que, para além dos objetivos de sua criação, serviam para outras finalidades.

Na Grécia, os primeiros arquivos do Estado ateniense foram criados aproximadamente no ano 460 a.C. por Élfiates. Por volta do ano de 350 a.C. passaram a localizar-se no *Metreon*, ou templo Cibele, santuário da Mãe dos deuses (SILVA; RIBEIRO, 2009, p. 59), reforçando a percepção de importância dada ao arquivo no período.

Ao longo do tempo, os arquivos foram se reconfigurando e ampliando seu valor para a sociedade, especialmente a partir da Revolução Francesa, que teve como desdobramento a:

criação de uma administração nacional e independente dos arquivos;  
proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos; e  
o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor do passado (SCHELLENBERG, 2006, p. 27).

Os arquivos públicos assumem importante papel na sociedade. A sua existência é primordial para o bom funcionamento das administrações, o conhecimento da história e o reconhecimento da identidade coletiva e individual, além de ser um caminho seguro para o

exercício da democracia no que se refere ao processo de transparência das administrações públicas. Para além dessas funções, essas instituições podem e devem exercer outras funções na sociedade.

De fato, os arquivos públicos podem representar a extensão da escola formal, oferecendo serviços de assistência educativa para o público escolar e a comunidade em geral. Em sintonia com a escola, podem proporcionar novas práticas de ensino e novas formas de aprender.

Os espaços dos arquivos, em conjunto com outras instituições, como: escolas, museus e centro de memória, podem dar forma a um novo contrato educativo, celebrado com toda a sociedade, e não apenas com a escola, que tenha como base o reforço do espaço público de educação (NÓVOA, 2009, p. 83).

Bellotto (1991, p. 149-150) afirma que o papel dos arquivos no que se refere aos serviços de assistência educativa tem sido pouco explorado e que a abertura dos arquivos a um novo público, o escolar, os dos alunos de 1º e 2º graus, pode trazer benefícios didáticos surpreendentes. No entanto, conforme afirma Aldabalde (2012, p. 199), em relação ao ensino nos arquivos essa questão não foi visualizada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) ou instituições similares, na medida em que não há nenhuma portaria que busque traçar diretrizes para a integração da instituição arquivística com escolas, universidades e locais de ensino por meio de atividades educativas nos arquivos e/ou a partir de documentos arquivísticos. O autor supracitado identifica também que não há resultados concretos do Censo de Arquivos Brasileiros para inferir se as instituições arquivísticas fazem uso informativo para o seu acervo.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o uso dos arquivos públicos como espaço de educação.

## O contexto escolar

Atualmente, a escola, ainda é considerada por muitos como o único lugar responsável pela educação, uma concepção criada ao longo dos anos. Nóvoa (2009, p. 50) afirma que a escola se desenvolveu por acumulação de missões e de conteúdo, numa espécie de constante transbordamento que começou pela

[...] instrução, mas foi juntando a educação, a formação, o desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania e para os valores...

Começou pelo cérebro, mas prolongou a sua ação ao corpo, à alma aos sentimentos, às emoções, aos comportamentos...

Começou pelas disciplinas, mais foi abrangendo a educação para a saúde e para a sexualidade, para a prevenção do tabagismo e da toxicodependência, para a defesa do ambiente e do patrimônio, para a prevenção rodoviária...

Começou por um 'currículo mínimo', mas foi integrando todos os conteúdos possíveis e imaginários, e todas as competências, tecnológicas e outras, pondo no 'saco curricular' cada vez mais coisas e nada dele retirando... (NÓVOA, 2009, p. 50).

Hoje, são instituições, muitas vezes, fadadas ao fracasso, que tudo precisam fazer, mas nada conseguem fazer bem. Nóvoa (2009, p. 62) afirma que “se a modernidade escolar se definiu por transbordamento, a contemporaneidade escolar se definirá por retraimento [...]”.

É preciso repensar as instituições escolares, sobremaneira retirá-las de dentro de seus muros e de suas normas ultrapassadas. Sibilia (2012, p. 210) afirma que algo novo tem que acontecer nas aulas, diferentemente do que acontecia algum tempo atrás, uma luta contra o tédio e a dispersão, em que “é preciso dar densidade à experiência, despertando entusiasmo e vontade de aprender, afinal, como afirmou Vasen, ‘a atenção é resultado da curiosidade despertada por um mundo interessante’[...]”.

Verifica-se a necessidade de repensar as estruturas das escolas e de suas práticas de ensino. Nóvoa (2009, p. 83) apresenta uma proposta de retraimento da escola, a qual exige a criação de um espaço público de educação “através de um aproveitamento das possibilidades culturais e educativas que existem na sociedade e de uma responsabilização do conjunto das entidades públicas e privadas”.

A escola que não proporcionar ao aluno vivências com novos espaços de aprendizagem, configurando uma nova dinâmica da prática ensino aprendizagem, expõe o aluno a uma condição passiva e estática. O educador não pode transformar suas aulas em um dispositivo para domesticar seus alunos, Paulo Freire (1996, p. 56-57) afirma: “O educador que, ensinando geografia, ‘castra’ a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventura-se. Não forma, domestica”.

É preciso integrar o aluno aos contextos, não o deixando restrito aos espaços das escolas, tornando-o mero decorador de conteúdo. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessária a abertura dos arquivos públicos para o processo educacional de todos os níveis escolares, com vista a proporcionar, por meio do acesso aos espaços dos arquivos e do

contato com os documentos ali depositados, a produção de conhecimento e um ambiente favorável a uma formação de qualidade e autônoma por parte dos educandos.

## O arquivo como espaço de educação

Diante do contexto apresentado e considerando a proposta de Nóvoa (2009) sobre o retraimento da escola e de um novo contrato educativo, associado às considerações da Sibilia (2012) sobre a necessidade de acontecer algo novo nas aulas e de dar densidade à experiência, despertando o entusiasmo e a vontade de aprender, entende-se que as instituições arquivísticas são espaços de educação.

A educação é um processo que desenvolve a capacidade intelectual da criança e do ser humano. Tem um significado amplo e abrangente, que quase sempre está associado à escola (GASPAR, 2002, p. 171). No entanto, o processo educacional pode se dar de várias maneiras diferentes: formais e não formais.

Gohn (2006, p. 29) afirma que os espaços da educação formal “são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais”. Trata-se de uma instituição muito antiga, que surgiu com a necessidade de preservar e garantir o legado do acervo cultural gerado pelas civilizações (GASPAR, 2002, p. 172).

Jacobucci (2008, p. 56), na tentativa de definir espaços não formais de educação, sugere duas categorias: locais que são instituições, que incluem espaços regulamentados e que dispõem de equipe técnica responsável pelas atividades executadas, como: museus, centro de ciências e parque ecológicos entre outros; e locais que não são instituições, isto é, teatros, praia, caverna, rio, lagoa e campo de futebol, dentre outros.

Considerando a definição de Jacobucci, podemos inferir que os arquivos são espaços de educação não formal. Essa concepção aproxima ainda mais os arquivos da vocação educacional.

Bellotto (1991, p. 147) revela que, para além das competências dos arquivos públicos em relação a suas funções de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originários na área governamental, cumpre-lhes ainda uma atividade que, mesmo sendo secundária, é a que melhor pode desenhar seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade e trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

Desde 1881 na Bélgica (FRANZ *apud* ALDABALDE, 2012, p. 198) já eram realizadas ações educativas em arquivos. Na França, em 1950, surgiu o primeiro serviço educativo. Seu sucesso possibilitou o aparecimento de similares nos arquivos departamentais a partir de 1952. O serviço educativo na França compreendia atividades dos cursos de história geral, de história regional e de geografia, usando fartamente o acervo daquele arquivo departamental. Em 1954, já havia 5 serviços educativos em arquivos regionais, e passando a 9 em 1955, 15 em 1956, 20 em 1957, 45 em 1968, 54 em 1972, 64 em 1973, 67 em 1977 e 97 em 1978 (BELLOTTO, 1991, p. 153).

No Brasil, conforme Parrela (2013, p. 125), é possível vislumbrar a ação educativa em arquivo a partir da proposta de aula para a mocidade, com o objetivo de incentivar a visita à instituição, como sugerido por Theophilo Feu de Carvalho para o Arquivo Público Mineiro em 1921. A percepção do potencial dos arquivos públicos para a prática de ações educativas não é recente.

Aldabalde (2012, p. 199) apresenta dois casos notáveis em que os arquivos municipais despertaram para o seu papel no aprendizado da história local: o caso do Arquivo Municipal Histórico e Pedagógico de Mogi das Cruzes e o do Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz.

Parrela (2013, p. 125) apresenta experiências dos arquivos nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No estado de São Paulo, é apresentada a prática do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em que desde 1997 desenvolvem-se projetos de ação educativa com curtos períodos de interrupção. O Arquivo possui o Núcleo de Ação Educativa, cuja atribuição é elaborar programas educativos para aproximar o Arquivo Público do Estado de São Paulo de instituições educacionais e da sociedade em geral. As ações envolvem a organização de oficinas pedagógicas para professores e estudantes do ensino fundamental, médio e superior, exposições virtuais e atendimento a grupos que queiram visitar o arquivo, entre outras.<sup>1</sup>

O Arquivo Histórico Municipal Washington Luís desenvolve ação educativa desde 1989, mas não de forma sistemática (PARRELA, 2013, p. 127). Atualmente, possui um Serviço Educativo do Arquivo Histórico de São Paulo, cujo objetivo principal é divulgar o conteúdo dos fundos documentais depositados na instituição, seu funcionamento, sua função social do Arquivo e a conservação do patrimônio documental. Em 2008, o Serviço Educativo realizou a publicação “Conhecendo o Arquivo Histórico Municipal”, com o objetivo

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/acao\\_educativa](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/acao_educativa). Acesso em 14 de abril de 2016.

de divulgar entre o público escolar os documentos custodiados pelo Arquivo Histórico de São Paulo.<sup>2</sup>

No Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico Moysés Vellinho executa desde 1997 variados projetos. A partir de 2005, adotou a metodologia de educação patrimonial como a norteadora dos trabalhos. O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) também desenvolve importante trabalho na área. Desde o final da década de 1980 realiza visitas guiadas com o objetivo de possibilitar aos visitantes conhecer o espaço do prédio administrativo, assim como os dois prédios centenários já tombados, que abrigam o acervo documental (PARRELA, 2013, p. 128-129). Cita-se, também, o curso de Formação de Professores, promovido pelo Programa de Educação Patrimonial UFRGS/APERS e pelo GT Emancipações e Pós-abolição da ANPUH-RS.<sup>3</sup>

Ainda nos arquivos do Rio Grande do Sul, sob a óptica da educação patrimonial, é possível destacar propostas de ações educacionais realizadas no Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul, no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e em Santa Catarina, no Arquivo Histórico de Joinville.

No estado de Minas Gerais, o Arquivo Público Mineiro exerceu seu papel de difusor de metodologias arquivísticas, oferecendo cursos e estágios aos profissionais do interior do estado, e de difusor de seu acervo. O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), criado em 1991, sob a influência das experiências nacionais e estrangeiras, com destaque para as experiências francesas, desde 1993, tem desenvolvido atividades de difusão (palestras e exposições) e ações educativas. Em 1995 e 1997, foram lançados dois kits pedagógicos com reproduções fotográficas, “BH – Imagem e Memória” e “Momentos de uma capital centenária”, além da oferta de oficinas sobre uso de documentos em sala de aula, exposição itinerante e visitas guiadas. Em 2007, lançou uma cartilha voltada para os professores, “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: informação e memória”, com 32 páginas, descrevendo o arquivo, suas funções, estrutura do acervo e sugestão para uso dos documentos na sala de aula.

A partir de 2010 as visitas ao arquivo foram reformuladas. Novos kits com reprodução de documentos foram produzidos para o atendimento aos alunos. Em 2013, o APCBH lançou a publicação “Educação para o patrimônio cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores” (PARRELA, 2013, p. 129).

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo\\_historico/educativo/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/educativo/). Acesso em 14 de abril de 2016.

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=noticiadet&cod=306>. Acesso em 14 de abril de 2016.

A função educacional dos arquivos públicos precisa ser explorada. Isso pode, além de contribuir para o processo educacional, dar visibilidade a essas instituições, permitindo-lhes maior projeção para a sociedade. No entanto, há uma carência teórica e metodológica para a realização das práticas educativas nesses ambientes, que necessitam de reflexão e de aprofundamento.

## Conclusão

A inserção dos arquivos no processo educacional supõe a resignificação dos arquivos diante das suas funções na sociedade e, por conseguinte, a reformulação da formação do arquivista, visto que é o sujeito habilitado para trabalhar nos arquivos.

Reconhecer que o arquivo tem uma função educacional é assumir que o arquivo e o arquivista precisam estar preparados para oferecer esse serviço. E, mais que isso, é reconhecer que essas instituições precisam estar inseridas nas políticas públicas educacionais.

Atualmente, vivemos em um contexto em que as tecnologias e as dinâmicas econômicas e políticas impõem, cada vez mais, uma ruptura de velhas práticas de serviços oferecidos pelos arquivos e a necessidade de inovações dessas instituições no que se refere ao atendimento das necessidades e demandas da sociedade.

É preciso cancelar, a partir das práticas educativas, a importância dos arquivos para a sociedade e, mais do que isso, como desdobramento dessas ações, dar visibilidade a formação e atuação do arquivista.

É preciso que na formação do arquivista seja considerada de forma mais densa a reflexão acerca dos serviços educativos nos arquivos. Não nos referimos aqui a uma formação com habilitação em licenciatura, mas a uma formação que consiga, junto com os profissionais da educação, propor, implantar, acompanhar e avaliar ações educativas nos arquivos.

Somente aliando a pesquisa e o ensino sobre essa temática é que vamos obter resultados mais visíveis no uso dos arquivos como espaço de educação.

## Referências

ALDABALDE, Taiguara Vilela. Arquivologia e pedagogia arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro. 2012, p.198-212.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Ed Especial. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARINI, Luisa *et al.* **Ciência e Público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência. 2002. p. 171-184.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 4, n. 50, 2006.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a Formação da Cultura Científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008.

NÓVOA, Antonio. **Professores – imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: <[http://www.etepb.com.br/arq\\_news/2012texto\\_professores\\_imagens\\_do\\_futuro\\_presente.pdf](http://www.etepb.com.br/arq_news/2012texto_professores_imagens_do_futuro_presente.pdf)>. Acesso em: 20 maio de 2015.

PARRELA, Ivana Denise. **Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros**: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.42, n.1, p.124-133, 2013.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**. Princípios e Técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes**: a escola em tempos de dispersão. São Paulo: Contraponto, 2012.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2009.